

# Déficit de caixa de 3% do PIB se medidas forem aprovadas

por Cláudia Safatle  
de Brasília

O déficit de caixa do setor público, medido pela diferença entre receitas e despesas do Tesouro Nacional, deverá cair de 6% do PIB neste ano para 3% do PIB no ano que vem, segundo estimativas do Ministério da Fazenda e Banco Central (supondo um PIB de 1986 em Cr\$ 3,5 quatrilhões). Isso significa que mais de Cr\$ 100 trilhões ainda serão financiados com a emissão de moeda (expandindo a base monetária em 160%, na mesma proporção da inflação prevista) e com a colocação de títulos da dívida pública. O

governo pretende elevar a dívida pública, em termos reais, no máximo 10% no ano que vem, em comparação com o acréscimo real de 60% neste ano.

O "pacote" econômico do governo Sarney, anunciado na última quinta-feira, sob avaliação agora do Congresso Nacional, deverá render, se aprovado, aproximadamente Cr\$ 150 trilhões aos cofres públicos. Só com a conta de juros da dívida, imaginando uma queda da taxa média para 15% em 1986, o governo prevê uma economia de Cr\$ 35 trilhões (com o custo da rolagem). O "pacote" tributário, segundo cálculo do Ministério da Fazenda,

apurará cerca de Cr\$ 80 trilhões brutos, cifra que cai para uns Cr\$ 60 trilhões líquidos, já que somente com as transferências para os estados e municípios, adicionais ao que já estava previsto, serão desembolsados mais Cr\$ 15 trilhões, aproximadamente, a título do Fundo de Participação dos Estados e Municípios. O FPE e o FPM têm, como base de cálculo, a arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Segundo informações do Ministério da Fazenda, os estados e municípios poderão, em 1986, fazer a rolagem integral de suas dívidas externas com os recur-

sos em moeda estrangeira dos bancos credores reemprestados internamente (relending). Para fazerem novos investimentos, porém, somente poderão ser utilizados os recursos captados internamente, como os FRM e FPE que ainda serão adicionados com mais ou menos Cr\$ 8 trilhões da reforma tributária de emergência.

Com os Cr\$ 15 trilhões que serão gerados com a privatização das empresas estatais e mais Cr\$ 8 trilhões de corte em gastos de custeio da administração direta e indireta, além do "float" de uns Cr\$ 30 trilhões e demais cortes em programas subsidiados (como açúcar e álcool), o Tesouro Nacional receberá quase Cr\$ 150 trilhões a mais, que cobrem uma importante parcela do déficit de caixa. Mas ainda restam Cr\$ 105 trilhões para financiar com expansão de moeda e colocação de títulos públicos.

A idéia de criar a Secretaria do Tesouro, no Ministério da Fazenda, para controlar os fluxos diários de entradas e saídas de recursos do Tesouro Nacional não foi abandonada. A secretaria será criada nos próximos dias, através de um decreto do presidente da República, e incluirá em suas atribuições a administração da "execução financeira" das empresas estatais e dos bancos federais, naquilo que se referir a recursos do Tesouro, caminhando, assim, para um sistema próximo do "caixa único". A expectativa, no Ministério da Fazenda, é que, desta vez, o governo conseguirá colocar ordem nas finanças públicas.